



GUIA DO CENÁRIO POLÍTICO · EDIÇÃO Nº 01

Brasil pós-eleição: o que esperar até a posse de 2027

Resultado das urnas, continuidade de governo, correlação de forças no Congresso e nos estados, e a agenda que o Executivo, o Legislativo e o Supremo precisam resolver até dezembro.

NESTE GUIA

- | | |
|---------------------------------------|---|
| 01 Resultado da eleição presidencial | 05 Pautas prioritárias do governo em 2026 |
| 02 Transição em mandatos consecutivos | 06 Medidas provisórias e Orçamento 2027 |
| 03 Base no Congresso e governadores | 07 Perspectivas de decisões do STF |
| 04 Transição de parlamentares | |

01 • PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • 2º TURNO, 25 DE OUTUBRO

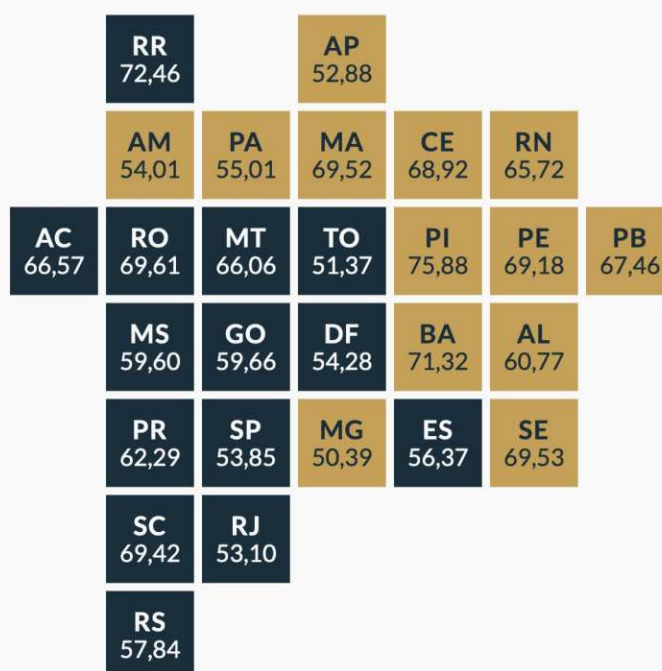
Lula é reeleito para o quarto mandato após reverter resultado do primeiro turno

Com 51,79% dos votos válidos, Lula supera Flávio Bolsonaro em uma disputa acirrada. A vitória foi sustentada pelo desempenho no Nordeste, pela recuperação em Minas Gerais e pela ampliação da participação eleitoral.



QUEM VENCEU EM CADA UF • % DOS VÁLIDOS

■ Lula • 13 estados ■ Flávio • 13 estados + DF



O QUE MUDOU ENTRE OS TURNOS

-1,9 p.p.

REDUÇÃO DA ABSTENÇÃO

A participação eleitoral aumentou no segundo turno, acompanhada de uma redução de 1,6 p.p. na proporção de votos brancos e nulos.

+5,6 milhões

AMPLIAÇÃO DO ELEITORADO VOTANTE

O segundo turno registrou 5,6 mi de eleitores adicionais nas urnas, dos quais aproximadamente 4,7 mi votaram em um dos dois candidatos.

+1,8 milhão

AMPLIAÇÃO DA VANTAGEM DE LULA

O crescimento da votação de Lula superou o de seu adversário, ampliando sua vantagem em aproximadamente 1,8 mi de votos.

Lula • +10,2 mi votos

Flávio • +3,7 mi votos

02 • TRANSIÇÃO EM MANDATOS CONSECUTIVOS

Reeleição abre período de reorganização política e redefinição de prioridades

A continuidade do governo dispensa uma transição administrativa convencional, mas inaugura um período de avaliação de resultados, recomposição da base parlamentar e ajustes na estrutura ministerial.

01 OUTUBRO

Avaliação de resultados e definição de prioridades

Continuidade administrativa. A reeleição preserva a estrutura de governo, reduzindo a necessidade de procedimentos formais de transição previstos na Lei nº 10.609/2002.

Avaliação do PPA. Balanço das metas e entregas do Plano Plurianual 2024–2027, com identificação de prioridades e eventuais ajustes para o novo mandato.

02 NOVEMBRO A DEZEMBRO

Articulação política e ajustes orçamentários

Orçamento de 2027. Negociação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) com o Congresso Nacional, considerando as prioridades fiscais e políticas do novo mandato.

Recomposição da base parlamentar. Negociações com partidos aliados e potenciais parceiros para a formação da base de sustentação do governo no Congresso.

Reorganização administrativa. Avaliação de mudanças na estrutura ministerial, em órgãos estratégicos e nos cargos de direção da administração federal.

03 DEZEMBRO

Composição ministerial e agenda de governo

Definição da equipe. Confirmação de ministros e anúncio de eventuais mudanças no primeiro escalão, considerando critérios políticos e prioridades de gestão.

Agenda prioritária. Consolidação das principais diretrizes do novo mandato e definição das iniciativas previstas para os primeiros 100 dias de governo.

04 JANEIRO DE 2027

Posse e início do novo mandato

Posse presidencial. Início formal do novo mandato, mediante compromisso constitucional perante o Congresso Nacional.

Implementação das prioridades. Início da execução da agenda governamental, com foco nas medidas administrativas, orçamentárias e legislativas definidas durante o período de reorganização.

CALENDÁRIO INSTITUCIONAL

Até 22/12/2026	Encerramento da sessão legislativa ordinária.
12/2026	Diplomação dos eleitos pela Justiça Eleitoral.
05/01/2027	Posse do presidente da República.
06/01/2027	Posse dos governadores.
01/02/2027	Posse dos deputados federais e senadores e eleição das Mesas Diretoras do Congresso Nacional.
02/02/2027	Início da primeira sessão legislativa da 58ª Legislatura.

PONTOS DE ATENÇÃO

Recomposição ministerial. Eventuais mudanças no primeiro escalão poderão integrar as negociações para ampliar a base de sustentação do governo no Congresso.

Redistribuição de cargos estratégicos. A reorganização administrativa poderá envolver ministérios, agências reguladoras e empresas estatais, inclusive com o retorno ou a realocação de integrantes do governo que disputaram as eleições.

Planejamento de médio prazo. A elaboração do PPA 2028–2031 será determinante para a definição das prioridades, programas e investimentos do novo mandato.

03 · BASE NO CONGRESSO E GOVERNADORES

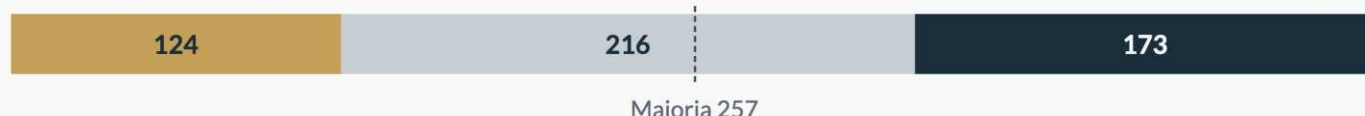
Governo minoritário nas duas Casas e nos estados

Para a maioria absoluta, Lula precisa de mais 133 deputados e 26 senadores fora do próprio campo. O caminho passa pela Federação União Progressista, pelo PSD e pelo MDB.

■ Governo ■ Sem alinhamento confirmado ■ Oposição

Câmara dos Deputados

513 cadeiras



Senado Federal

81 cadeiras



Contagem por partido, não por voto individual. Nenhuma legenda declarou adesão formal ao novo governo até 26/10.

GOVERNADORES ELEITOS · APOIO NO 2º TURNO PRESIDENCIAL

* eleitos no 2º turno

18 apoiaram Flávio				6 · Lula		3 neutros	
SP	Tarcísio de Freitas	Rep.	RO	Marcos Rogério	PL	APOIARAM LULA	
MG	Cleitinho	Rep.	RR	Arthur Henrique	PL	BA	Jerônimo Rodrigues PT
RJ	Douglas Ruas	PL	PA	Dr. Daniel	Pode.	CE	Elmano de Freitas PT
PR	Sergio Moro	PL	AL	JHC	PSDB	PI	Rafael Fonteles PT
RS	Luciano Zucco	PL	SE	Fábio	PSD	PB	Lucas Ribeiro PP
SC	Jorginho Mello	PL	DF	Celina Leão*	PP	RN	Cadu de Lula* PT
GO	Daniel Vilela	MDB	ES	Lorenzo Pazolini*	Rep.	AM	Omar Aziz* PSD
MT	Otaviano Pivetta	Rep.	AC	Mailza Assis*	PP	NEUTROS	
MS	Eduardo Riedel	PP	TO	Vicentinho Jr.*	PSDB	PE	Raquel Lyra PSD
						MA	Eduardo Braide PSD
						AP	Dr. Furlan PSD

DISPUTAS DE GOVERNADOR NO 2º TURNO · 25/10

AM	Omar Aziz · PSD	61,41%	Profª Maria do Carmo · PL	38,59%
AC	Mailza Assis · PP	66,21%	Alan Rick · Republicanos	33,79%
DF	Celina Leão · PP	57,18%	Leandro Grass · PT	42,82%
ES	Lorenzo Pazolini · Republicanos	52,17%	Ricardo Ferraço · MDB	47,83%
RN	Cadu de Lula · PT	50,77%	Allyson · União	49,23%
TO	Vicentinho Júnior · PSDB	64,52%	Profª Dorinha · União	35,48%

04 · RECEPÇÃO E TRANSIÇÃO DOS PARLAMENTARES

Da diplomação à posse: a virada da legislatura em 1º de fevereiro

Câmara e Senado conduzem ritos próprios para receber os eleitos e encerrar os mandatos de quem sai. Tomam posse os 513 deputados e 54 senadores (dois terços do Senado); os outros 27 seguem no mandato de oito anos.

DEZEMBRO

Diplomação dos eleitos pela Justiça Eleitoral

DEZ · JAN

Credenciamento, sorteio de gabinetes e moradia

JANEIRO

Desmobilização dos gabinetes que se encerram

01/02/2027

Posse e eleição das Mesas da Câmara e do Senado

Quem chega**CREDENCIAMENTO**

Documentação. Diploma expedido pela Justiça Eleitoral, documentos pessoais e declaração de bens.

Sistemas. Acesso às redes internas, ao sistema de votação eletrônica, à assinatura digital e ao aplicativo legislativo.

INFRAESTRUTURA

Gabinetes. Vagas preenchidas por antiguidade ou sorteio das Secretarias-Gerais da Mesa. Andares mais altos e salas próximas ao Plenário são os mais disputados.

Moradia. Filas de apartamentos funcionais ou auxílio-moradia, conforme as regras de cada Casa.

CAPACITAÇÃO

Seminários sobre Regimento Interno, comissões temáticas, elaboração de emendas e orçamento público.

Quem sai**ENCERRAMENTO ADMINISTRATIVO**

Imóveis. Gabinetes e apartamentos funcionais desocupados nos prazos das Mesas Diretoras.

Inventário. Devolução de notebooks, veículos oficiais e aparelhos, com vistoria das instalações.

PESSOAL E ACERVO

Assessores. Cargos em comissão dos gabinetes encerrados são exonerados até a data-limite do fim da legislatura.

Arquivos. Documentos de acervo público e histórico de atuação vão para o arquivo da respectiva Casa.

IMPACTO NA AGENDA

Ao fim da legislatura, proposições em tramitação são arquivadas, com as exceções previstas nos regimentos; autores reeleitos podem pedir o desarquivamento. Projetos de interesse de parlamentares não reeleitos precisam de um novo patrono.

Sucessão nas presidências. Em 1º/02/2027 as duas Casas elegem novas Mesas para o biênio 2027–2028. A disputa define quem controla a pauta do primeiro biênio do novo mandato e tende a dominar a articulação já em dezembro.

Comissões e relatorias. Presidências de comissões e relatorias de matérias em curso serão redistribuídas em 2027. Vale mapear desde já os interlocutores que permanecem e os que saem.

05 · PAUTAS PRIORITÁRIAS ATÉ O RECESSO DE 22 DE DEZEMBRO

Oito semanas para testar a base com o Congresso atual

O governo negocia com a legislatura que se encerra, já sob a sombra da composição de 2027. Segurança pública abre a fila, a regulamentação do fim da 6x1 corre contra o relógio e a agenda digital volta à mesa.

PAUTA	ONDE ESTÁ	O QUE ESPERAR ATÉ DEZEMBRO
PEC da Segurança Pública PEC 18/2025 · Plenário do Senado PRIORIDADE ALTA	Aprovada na CCJ do Senado em 14/10. Após alterações no texto, aguarda deliberação do Plenário. A votação foi adiada para negociação de emendas.	Prioridade do governo no pós-eleição. Se aprovada pelo Senado, retorna à Câmara. O avanço é estratégico para a criação do Ministério da Segurança Pública.
Fim da 6x1: transição e regulamentação EC 141/2026 · promulgada em 16/10 PRIORIDADE ALTA	Prevê escala 5x2 e jornada de 42 horas a partir de 15/12, com redução para 40 horas após 12 meses.	Regulamentação das regras de transição para empresas e regimes diferenciados. Setor privado deverá adequar contratos e acordos coletivos.
Marco legal da inteligência artificial PL 2.338/2023 · comissão especial da Câmara PRIORIDADE MÉDIA	Aprovado pelo Senado em 2024. Aguarda parecer do relator na comissão especial da Câmara, após sucessivos adiamentos.	Possibilidade de votação até dezembro, condicionada à apresentação do relatório e à negociação de pontos controversos, especialmente tributários.
Vetos e sessões do Congresso Sessão conjunta DESTRAVA A PAUTA	Acúmulo de vetos presidenciais pendentes, com impacto sobre a pauta das sessões conjuntas, que também apreciam matérias orçamentárias.	Negociação entre governo e Congresso para destravar votações. A apreciação dos vetos será um indicador da capacidade de articulação política.
Autonomia financeira do BC PEC 65/2023 · Plenário do Senado PAUTA DE RISCO	Aprovada na CCJ e pronta para o plenário. O governo tem ressalvas ao texto.	Pauta do Congresso, não do Executivo. Se avançar no fim de ano, mede a força do centro frente ao Planalto.
Plataformas digitais e aplicativos Sem texto em votação PARA 2027	Lula prometeu, no discurso da vitória, regular as <i>big techs</i> . O projeto de trabalho por aplicativos travou na Câmara após o governo retirar apoio ao relatório.	Baixa perspectiva de avanço em 2026. Discussões devem ganhar força na próxima legislatura.

TAMBÉM NA FILA

Orçamento de 2027 e Medidas Provisórias com prazo em aberto, como a proibição das bets e o Desenrola 3.0 e o pacote de comércio exterior contra as tarifas dos EUA.

06 • MEDIDAS PROVISÓRIAS

Congresso tem 27 prazos de medidas provisórias até o recesso parlamentar

Das 28 medidas provisórias em tramitação, 27 possuem prazos previstos até dezembro. A agenda concentra matérias fiscais, econômicas e regulatórias, ampliando a pressão sobre o calendário legislativo de fim de ano.

OUTUBRO 4 MPs

26/10	MPs 1.373/2026 (Desenrola Adimplentes) e 1.372/2026 (diesel).
28/10	MP 1.374/2026, de apoio financeiro a produtores independentes de cana-de-açúcar do Nordeste.
30/10	MP 1.375/2026, sobre adicional de fronteira.

NOVEMBRO 13 MPs

PRINCIPAIS MATÉRIAS

09/11	MP 1.391/2026 — subsídio ao diesel.
11/11	MP 1.376/2026 — renegociação de dívidas rurais.
18/11	MP 1.379/2026 — Programa Brasil Soberano.
23/11	MP 1.393/2026 — Desenrola 3.0.
23/11	MP 1.394/2026 — restrições ao mercado de apostas.
28/11	MP 1.382/2026 — fundos garantidores e Minha Casa, Minha Vida.

DEZEMBRO 10 MPs

PRINCIPAIS MATÉRIAS

11/12	MP 1.396/2026 — medidas contra o telemarketing abusivo.
22/12	MP 1.386/2026 — regime de drawback para exportações afetadas por tarifas norte-americanas.

CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS

16 medidas provisórias destinadas à abertura de créditos extraordinários.

DESTINAÇÃO	QTD.	VALOR
Subsídios a combustíveis	6 MPs	R\$ 24,6 bi
Apoio a exportadores	2 MPs	R\$ 13,5 bi
Tecnologia rural, Desenrola e Fies	1 MP	R\$ 13,3 bi
Habitação e crédito a micro e pequenas empresas	1 MP	R\$ 3,5 bi
Clima e defesa civil	4 MPs	R\$ 1,6 bi
Ressarcimento do INSS	1 MP	R\$ 0,5 bi
Pronaf — Safra 2026/2027	1 MP	R\$ 0,4 bi

REGRAS DE TRAMITAÇÃO

As MPs possuem vigência inicial de 60 dias, prorrogável por igual período, com suspensão da contagem durante o recesso parlamentar. Após 45 dias, passam a trancar a pauta da Casa em que estiverem em tramitação. Medidas rejeitadas ou que perderem a eficácia não podem ser reeditadas na mesma sessão legislativa, conforme o art. 62 da Constituição Federal.

ORÇAMENTO DA UNIÃO · PLOA 2027 – PLN N° 24/2026

Orçamento de 2027

A tramitação da LDO e da LOA será uma das principais prioridades do Congresso no encerramento do ano legislativo. O cenário combina restrições fiscais, negociações sobre emendas parlamentares e necessidade de acomodação das prioridades do novo mandato.

PRINCIPAIS INDICADORES

R\$ 5,05 tri

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

Previsão de despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, excluído o refinanciamento da dívida pública.

R\$ 18,6 bi

META FISCAL

Superávit primário previsto para o governo central, equivalente a 0,1% do PIB.

R\$ 2,58 tri

LIMITE DE DESPESAS

Limite de despesas primárias estabelecido pelo arcabouço fiscal, com crescimento nominal de 7,69%.

R\$ 44,8 bi

EMENDAS PARLAMENTARES

Previsão de R\$ 28,5 bilhões em emendas individuais e R\$ 16,3 bilhões em emendas de bancada.

R\$ 1.741

SALÁRIO MÍNIMO

Valor previsto a partir de janeiro de 2027, correspondente a um reajuste nominal de 7,4%.

R\$ 414,1 bi

REGRA DE OURO

Insuficiência projetada para o cumprimento da regra de ouro, cuja cobertura dependerá de autorização legislativa específica.

TRAMITAÇÃO E PRÓXIMAS ETAPAS

01

Aprovação da LDO

Deliberação do PLDO 2027, ainda pendente, necessária para orientar a aprovação do Orçamento.

02

Análise na Comissão Mista de Orçamento

Apresentação de emendas, apreciação dos relatórios setoriais e votação do relatório final do relator-geral.

03

Deliberação pelo Congresso Nacional

Apreciação do projeto em sessão conjunta, com expectativa de conclusão até 22 de dezembro.

04

Execução orçamentária provisória

Caso a LOA não seja sancionada até o início de 2027, a execução de determinadas despesas ficará sujeita às regras provisórias previstas na LDO.

PONTOS DE ATENÇÃO

Rigidez orçamentária. As despesas obrigatórias representam 91,7% das despesas primárias, restringindo a margem fiscal para novas políticas públicas e investimentos.

Riscos fiscais. As projeções oficiais de crescimento econômico e inflação divergem das estimativas de mercado, aumentando a sensibilidade das receitas e despesas previstas.

Articulação política. A negociação das emendas parlamentares deverá desempenhar papel relevante na recomposição da base de sustentação do governo e na aprovação da agenda legislativa.

07 · PERSPECTIVAS DE DECISÕES DO STF

Passada a eleição, o Supremo retoma a pauta sensível

O presidente Edson Fachin define a pauta até o recesso, que vai de 20/12 a 31/01. Casos adiados para não interferir no pleito voltam ao radar junto com desdobramentos de decisões tributárias de outubro.

PAUTA POLÍTICA PÓS-ELEIÇÃO

Revisão criminal de Jair Bolsonaro

Relator: Nunes Marques · Plenário

A defesa pede a anulação da condenação a 27 anos e 3 meses imposta pela 1ª Turma. O caso aguarda parecer da PGR e foi deixado para depois do 2º turno; a data depende de Fachin.

Emendas parlamentares

Relator: Flávio Dino · ADPF 854 e correlatas

O STF mantém o monitoramento da transparência e da rastreabilidade das emendas. Novas exigências afetam diretamente a execução e a negociação do Orçamento de 2027.

TRIBUTÁRIO · DECISÕES DE OUTUBRO COM DESDOBRAMENTO PENDENTE

Tema 118 · RE 592.616	6 × 5	ISS excluído da base do PIS e da Cofins (21/10). Modulação ficou para os embargos de declaração; alto impacto fiscal.
Tema 843 · RE 835.818	7 × 4	Créditos presumidos de ICMS fora da base do PIS e da Cofins (07/10). Sem modulação por ora; União pode embargar.
ADI 4.395	Mérito	Funrural sobre receita bruta inconstitucional antes de 2018 e válido depois (15/10). Modulação pode voltar em embargos.
Tema 1.348 · RE 1.495.108	8 × 2	Imunidade do ITBI na integralização de capital, qualquer que seja a atividade da empresa. Abre espaço para pedidos de restituição.

TEMAS ESTRUTURAIS AINDA SEM DATA

Uberização	RE 1.446.336 · rel. Fachin. Vínculo de motoristas e entregadores com plataformas; dialoga com o projeto travado na Câmara.
Pejotização	Tema 1.389 · rel. Gilmar Mendes. Validade da contratação de autônomos e PJs; reflexo direto com a EC 141.

LEITURA CUNHA & FERDINAND

Os embargos dos Temas 118 e 843 são o ponto de maior risco financeiro do fim de ano. Contribuintes com ações em curso devem acompanhar a modulação antes de decidir sobre compensações.

Fontes. TSE; Congresso Nacional; Consultorias de Orçamento da Câmara e do Senado; Agência Senado; Agência Brasil; STF. Dados de 26/10/2026. Material informativo, que não constitui aconselhamento jurídico.

contato@cunhaferdinand.adv.br
+55 (61) 99901-7302
cunhaferdinand.adv.br